

PARECER N° 209/2019/JULG ASJIN/ASJIN
PROCESSO N° 00058.091398/2014-23
INTERESSADO: WHITEJETS TRANSPORTES AÉREOS S.A

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS

NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Número do Voo	Hora	Lavratura do AI	Notificação do AI	Decisão de Primeira Instância (DC1)	Notificação da DC1	Multa aplicada em Primeira Instância	Protocolo do Recurso	Aferição Tempestividade
00058.091398/2014-23	660959177	001414/2014	03/01/2011	9865	09:18	03/10/2014	30/06/2017	03/08/2017	15/08/2017	R\$ 4.000,00 cada conduta, totalizando R\$ 12.000,00	24/08/2017	01/09/2017

Enquadramento: Art. 302, inciso III, alínea "u" c/c art. 219, ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001;

Infração: Operar voo charter doméstico sem a devida autorização;

Proponente: Marcos de Almeida Amorim - Técnico em Regulação de Aviação Civil - SIAPE 2346625 - Portaria ANAC nº 361/DIRP/2017.

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de 03 (três) condutas infracionais, apuradas em face de **WHITEJETS TRANSPORTES AÉREOS S.A.**, originados pelo Auto de Infração supra referenciado, com fundamento no art. 302, inciso III, alínea "u" c/c art. 219, ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001.

2. O Auto de Infração traz a seguinte descrição:

Após análise dos voos contidos na denúncia da Infração e no banco de dados do BIMTRA, foram constatados os voos charter relacionados no anexo 01, com suas datas, horário e aeroporto, sem a devida Autorização da ANAC. Foi verificado que os voos charter listados no anexo 01 não possuíam autorização de voo não regular no SIAVANAC nas referidas datas, configurando operação sem a devida autorização desta Agência.

ANEXO 01

	Cia Aérea	Nº do Voo	Origem	Destino	Data	Hora
1	WTJ	9865	SBGR	SBGL	03/01/2011	07:18
2	WTJ	9864	SBGL	SBMO	15/01/2011	14:29
3	WTJ	9865	SBMO	SBGL	15/01/2011	23:21

HISTÓRICO

3. O Relatório de Fiscalização - RF descreve as circunstâncias da constatação das ocorrências e reitera as informações constantes do AI lavrado em decorrência da verificação das infrações.

4. **Defesa do Interessado** - Embora devidamente intimado por edital, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 30/06/2017, a interessada não apresentou defesa prévia, prosseguindo o processo o seu curso regular.

5. **Decisão de Primeira Instância** - O setor competente, em decisão motivada, confirmou os atos infracionais pela prática do disposto no art. 302, inciso III, alínea "u" combinado com o art. 219, ambos da Lei 7.565/1986, e combinado com Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001, sendo aplicada sanções administrativas de multa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada uma das 03 infrações, totalizando o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, nos termos da Tabela de Infrações do Anexo II, da Resolução ANAC nº 25/2008. Considerou a circunstância atenuante de inexistência de aplicação de penalidades no último ano, com base legal no art. 22, §1º, inciso III da Resolução ANAC nº 25/2008.

6. **Do Recurso** - Em grau recursal, a interessada alegou que nunca recebeu o auto de infração nº 001414/2014 e não teve oportunidade de apresentar defesa. Requeru a segunda via do Auto de Infração respectivo e a devolução do prazo de apresentação da respectiva defesa.

É o relato.

PRELIMINARES

7. **Da Alegação de Ausência de Ciência e Pedido de Devolução do Prazo de Defesa** - Preliminarmente, verifica-se que em recurso a interessada alegou que nunca recebeu o auto de infração nº 001414/2014 e não teve oportunidade de apresentar defesa. Cumpre informar, contudo, que a referida alegação não pode prosperar. Consta nos autos (SEI nº 0825821) comprovante de publicação de intimação por edital no Diário Oficial da União (DOU) em 30/06/2017, no qual lhe foi dada ciência quanto a lavratura do presente Auto de Infração e concedido o prazo regular de 20 dias para manifestação de defesa prévia, a contar da data da publicação. A notificação editalícia oficial ocorreu após a notificação via postal ter sido realizada ao endereço cadastrado no CNPJ da atuada sem qualquer manifestação desta (fl. 16) e após notificação frustrada e devolvida pelos Correios (fl. 25v), ao último endereço informado

pela empresa à ANAC e registrado em sua A.T.A de 21/09/2013. O procedimento de ciência ao interessado através de intimação por edital após frustradas as tentativas de notificação ordinária ao seu endereço, é previsto na Instrução Normativa ANAC nº 08/2008, em vigor à época dos fatos:

Art. 15. A intimação realizar-se-á:

I - ordinariamente, por via postal, remetida para o endereço do intimado, constante nos cadastros da ANAC, cuja entrega será comprovada pelo Aviso de Recebimento (AR) ou documento equivalente, emitido pelo serviço postal, e devidamente assinado.

II - pessoalmente, pelo servidor a quem for conferida tal atribuição, comprovando-se pelo ciente do intimado, seu representante ou preposto ou, no caso de sua ausência ou recusa de aposição de assinatura, pela declaração expressa de quem proceder à intimação;

III - pela ciência aposta pelo intimado, seu representante ou preposto, em razão do comparecimento espontâneo no local onde tramita o processo;

IV - por qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do autuado, do seu representante ou preposto; e

V - por edital publicado uma única vez no Diário Oficial da União, se frustradas as tentativas de intimação por via pessoal, postal ou qualquer outro meio, no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido. (...) (Grifou-se)

Art. Considera-se efetuada a intimação:

(...)

IV - se por edital, na data de sua publicação. (Grifou-se)

8. A Lei 9.784/99, lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, também traz o mesmo entendimento:

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

§4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial. (Grifou-se)

9. Assim, consolida-se o entendimento de que ocorreu a presunção de ciência do interessado quando da publicação oficial da respectiva intimação por edital, após frustradas as tentativas de notificação remetidas aos endereços cadastrados e informados pela própria autuada à ANAC. Prosseguindo o processo seu curso regular e após Decisão de Primeira Instância Administrativa, consta notificação via postal à interessada, comprovada com Aviso de Recebimento - AR e recebida em 15/08/2017 (SEI nº 0977316), no qual lhe foi novamente concedida a oportunidade de manifestação nos autos pelo prazo de 10 dias, a contar da data da ciência da Notificação de Decisão. O referido prazo possui base legal no art. 16 da Resolução ANAC nº 25/2008, em vigor à época dos fatos, e com base no art. 59 da Lei 9.784/99.

10. Portanto, também não há como prover o pedido de devolução do prazo de defesa, uma vez que o presente processo administrativo preservou todos os princípios basilares do direito administrativo durante todo o seu curso, em especial ao contraditório e ampla defesa, pelo qual o autuado teve à sua disposição o inteiro acesso aos autos com possibilidade de solicitação de vistas e inteiro teor do processo administrativo, a qualquer tempo, para subsidiar a sua manifestação e defesa dentro dos prazos legais, todos ofertados e amplamente concedidos. A Instrução Normativa ANAC nº 08/2008, em vigor à época dos fatos, prevê a possibilidade de obtenção de vistas dos autos pelo interessado a qualquer tempo:

Art. 20. A defesa do autuado poderá ser feita pessoalmente ou por procurador, hipótese em que será obrigatória a apresentação do correspondente instrumento de mandato e cópia do contrato social.

§1º A parte interessada acompanhará o procedimento administrativo, podendo ter vistas dos autos, na repartição, bem como deles extrair cópias, mediante o pagamento da despesa correspondente.

§2º Os pedidos de vista ou de obtenção de cópias serão atendidos pela unidade organizacional responsável. (Grifou-se)

11. Por tudo exposto, não havendo qualquer vício processual e uma vez respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa em todo o curso do presente processo administrativo, afasta-se preliminarmente a alegação de ausência de ciência, indeferindo-se o pedido da interessada de devolução do prazo de defesa, por ausência de motivação.

12. **Da Regularidade Processual** - Considerados os marcos apontados no início dessa análise, acuso regularidade processual no presente feito. Foram preservados todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública.

13. **Da Possibilidade de Agravamento da Multa - In casu**, identifica-se que a decisão de primeira instância confirmou os atos infracionais enquadrando-os na alínea "u" do inciso III do artigo 302 c/c art. 219, ambos do do CBA c/c Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001. Naquela instância, julgou-se não haver evidência de circunstâncias agravantes e considerou a incidência da atenuante de inexistência de aplicação de penalidades no último ano, com base na previsão do inciso III, §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

14. Contudo, não se verifica a pertinência de aplicação da circunstância atenuante decidida em primeira instância para nenhuma das infrações apuradas no presente processo administrativo. Considerando-se a consulta diligenciada ao SIGEC – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC, que se faz juntar aos autos (Anexo Extrato SIGEC), identifica-se a aplicação de penalidade dentro do curso de um ano que antecede às datas das infrações, conforme **crédito de multa nº 642200144**, cuja infração ocorreu em 19/07/2010 e quitado em 30/06/2016. Caracterizada, portanto, a possibilidade de retirada das atenuantes para o presente caso, eis que surge possibilidade de majoração do valor das sanções administrativas ao patamar médio (sem atenuantes e sem agravantes).

15. Neste norte, o art. 64 da Lei nº 9.784/1999 admite a possibilidade da reforma para agravar a situação do recorrente. Ocorre, porém, que a mesma norma (art. 64, parágrafo único) condiciona o agravamento à ciência da parte interessada para que formule suas alegações antes da decisão.

Lei nº 9.784/1999

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

16. Pelas razões acima e ante a possibilidade de se majorar o valor das sanções aplicadas no presente processo, em cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 64 da Lei 9.784/99, entende-se necessário que seja cientificado a interessada para que, querendo, venha a apresentar suas alegações antes da decisão desta ASJIN.

MÉRITO

17. Ante o exposto, por ora, deixo de analisar o mérito.

CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, sugiro **NOTIFICAR A INTERESSADA ANTE A POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO** das multas para o valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada**, que é o correspondente ao patamar médio previsto no Tabela de Infrações do Anexo II, da Resolução ANAC nº 25/2008, por operar **03 (três) voos** charter sem a devida autorização, contrariando o disposto no art. 302, inciso III, alínea "u" c/c art. 219, ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001, conforme tabela abaixo.

NUP	SIGEC	AI	Data da Ocorrência	Número do Voo	Horário da Ocorrência	Aeródromo de Origem	Aeródromo de Destino	Sanção a ser aplicada em Segunda Instância
00058.091398/2014-23	660959177	001414/2014	03/01/2011	9865	07:18	SBGR	SBGL	R\$ 7.000,00
			15/01/2011	9864	14:29	SBGL	SBMO	R\$ 7.000,00
			15/01/2011	9865	23:21	SBMO	SBGL	R\$ 7.000,00

19. Note-se que no presente processo administrativo, por economia e celeridade processual, foram analisadas 03 (três) condutas distintas, das quais originou a aplicação de multa para cada uma delas, e foi lançado apenas um crédito de multa no Sistema de Gestão de Créditos da ANAC (SIGEC), que totalizou o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Contudo, o referido valor deverá ser atualizado para R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), se confirmada a presente análise na futura decisão de mérito.

20. **É o Parecer e Proposta de Decisão.**

21. **Submete-se ao crivo do decisor.**

MARCOS DE ALMEIDA AMORIM
SIAPE 2346625



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Almeida Amorim, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 15/02/2019, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2711786** e o código CRC **B31FBA64**.

SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS
 Atalhos do Sistema: Menu Principal

:: MENU PRINCIPAL

Parâmetros
Consulta

Histórico de Lançamentos

Nome da Entidade: WHITEJETS TRANSPORTES AEREOS S/A (A/C SÓCIO DOUGLAS FERREIRA MACHADO) **Nº ANAC:** 30004135539
CNPJ/CPF: 11701564000178 **CADIN:** Sim
Div. Ativa: Sim - E **Tipo Usuário:** Integral **UF:** RJ
End. Sede: AVENIDA DAS AMÉRICAS, 3500, BL. HONG KONG , 1000, SALA 303, BARRA DA TIJUCA - **Bairro:**
Município: Rio de Janeiro **CEP:** 22640-102 **UF:** RJ

Créditos Inscritos no CADIN

Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	652	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25
Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	663	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25
Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	664	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25
Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	668	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25
Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	670	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25
Nº ANAC :	30004135539	Sequencial :	671	Data Inscrição :	16/10/2014 13:06:25

Sequencial: 692

Situação Inicial

Usuário: ANAC\leonardo.bsantos **Data da Operação:** 04/06/2014 17:39:52
Número GGFS: 22589
Número do Auto de Infração: 03863/2011
Usuário Inclusão: ANAC\leonardo.bsantos
Data da Geração: 04/06/2014 17:39:52
Data da Infração: 19/07/2010

Receita	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Receita
2081	2014	18/07/2014	7 000,00		0,00	0,00	00692 D	DC1 - Devedor	7 000,00

Alterações

- 1 - Usuário:** regina.moura **Data da Operação:** 16/07/2014 15:27:07

Justificativa da Alteração: RENOTIFICAR NO ENDEREÇO DO SOCIO

Nome do Campo Alterado	De	Para
Data de Vencimento	18/07/2014	29/08/2014
- 2 - Usuário:** JOAO.AUGUSTO **Data da Operação:** 12/08/2014 11:45:30

Justificativa da Alteração: Informar Ciência de 1a Instância

Nome do Campo Alterado	De	Para
Situação	DC1 - Devedor	PU1 - Devedor
- 3 - Usuário:** sergio.freitas **Data da Operação:** 29/06/2015 09:16:11

Nome do Campo Alterado	De	Para
Situação	PU1 - Devedor	DA - Devedor
- 4 - Usuário:** Sigec.BaixaSIAFI3.8 **Data da Operação:** 04/07/2016 09:04:42

Nome do Campo Alterado	De	Para
Data de Pagamento		30/06/2016
Valor Pago	0,00	11 977,55
Valor Utilizado	0,00	9 981,29
Situação	DA - Devedor	PG - Quitado
Valor Receita	7 000,00	0,00

Situação Atual - Nº do processo: 642200144

Usuário: Sigec.BaixaSIAFI3.8 **Data da Operação:** 04/07/2016 09:04:42

Receita	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Receita
2081	2014	29/08/2014	7 000,00	30/06/2016	11 977,55	9 981,29	00692 D	PG - Quitado	0,00

Dados do Pagamento a Maior

- Registrado no Sequencial 737 com o valor de 9 981,29
- Registrado no Sequencial 735 com o valor de 1 996,26

Cadin

NÃO CONSTAM DADOS DA INSCRIÇÃO NO CADIN PARA ESSE SEQUENCIAL!

Dívida Ativa

Número do Processo	Data Inscrição	Data Retirada
642200144	29/06/2015	30/06/2016

Motivo Multa

Referência	Descrição
------------	-----------

Art. 302 III o

Infringir as normas que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta ou de aeroviário;

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 286/2019

PROCESSO Nº 00058.091398/2014-23

INTERESSADO: WHITEJETS TRANSPORTES AÉREOS S.A

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

1. Recurso conhecido e recebido em seus efeitos suspensivos (art. 16 da Res. ANAC 25/2008).
2. De acordo com a proposta de decisão (SEI nº 2711786). Ratifico na integralidade dos entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
3. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.403, de 17 de novembro de 2016 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com lastro no art. 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472, de 2018 e competências dadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO:**

- **NOTIFICAR A INTERESSADA ANTE A POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO** das multas para o valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada**, que é o correspondente ao patamar médio previsto no Tabela de Infrações do Anexo II, da Resolução ANAC nº 25/2008, por operar **03 (três) voos** charter sem a devida autorização, contrariando o disposto no art. 302, inciso III, alínea "u" c/c art. 219, ambos da Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986 c/c Item 3.1 da IAC 1227 de 01 de agosto de 2001, conforme tabela abaixo.

NUP	SIGEC	AI	Data da Ocorrência	Número do Voo	Horário da Ocorrência	Aeródromo de Origem	Aeródromo de Destino	Sanção a ser aplicada em Segunda Instância
00058.091398/2014-23	660959177	001414/2014	03/01/2011	9865	07:18	SBGR	SBGL	R\$ 7.000,00
			15/01/2011	9864	14:29	SBGL	SBMO	R\$ 7.000,00
			15/01/2011	9865	23:21	SBMO	SBGL	R\$ 7.000,00

4. Ante a possibilidade de majorar o valor das sanções aplicadas no presente processo, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 64 da Lei nº 9.784, de 1999, notifique-se a interessada para, querendo, formular no prazo de 10 (dez) dias suas alegações finais antes da decisão em segunda instância. O processo terá seguimento independente da apresentação das alegações, findo o prazo estipulado.

À Secretária.

Notifique-se.

Publique-se.

BRUNO KRUCHAK BARROS
SIAPE 1629380



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 15/02/2019, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2706890** e o código CRC **8995C31D**.
